

**HABEAS CORPUS Nº 493.298 - SP (2019/0041866-2)**

**RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE : LUIS FERNANDO MARCONDES RAMOS**  
**ADVOGADO : LUIS FERNANDO MARCONDES RAMOS - SP289483**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : CLAYTON LUCAS SOUZA DA SILVA (PRESO)**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em nome de **Clayton Lucas Souza da Silva**, em que o impetrante busca a imediata revogação da prisão preventiva decretada no Processo n. 1500150-87.2018.8.26.0611, em curso na Vara Criminal da comarca de Ituverava/SP, onde se apura a suposta prática do crime de roubo majorado, associação criminosa e corrupção de menores.

Atacando o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo no julgamento do HC n. 2019831-39.2019.8.26.0000, alega a inidoneidade dos fundamentos utilizados para decretar a custódia (ante inexistência de prisão pela prática de tráfico de drogas).

É o relatório.

No momento, não há como afastar a conclusão a que chegou a Corte estadual de que a prisão preventiva se faz necessária para a garantia da ordem pública.

Conforme consta da decisão de primeiro grau: *os investigados continuam, em tese, a praticar delitos de gravidade, já que recentemente foram presos em flagrante por crime de tráfico de drogas, praticado em associação, o que torna plausível o cenário de reincidência* (fl. 45).

Apesar de o impetrante mencionar a inexistência de prisão pelo crime de tráfico de entorpecentes, em consulta à página eletrônica da Corte *a quo*, verificou-se a existência do Inquérito Policial n. 1500628-94.2018.8.26.0288, instaurado em desfavor do paciente para apuração desse delito.

Ora, segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a existência de maus antecedentes, reincidência, atos infracionais pretéritos, inquéritos ou mesmo ações penais em curso denotam o risco de reiteração delitiva e constituem também fundamentação idônea a justificar a segregação cautelar (HC n. 473.991/SC, Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe 4/2/2019).

**Indefiro**, portanto, o pedido liminar.

Solicite ao Juízo *a quo* que informe a situação da ação penal e do ora paciente. Deverá a referida autoridade encaminhar senha para obtenção de acesso ao andamento processual.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator